

**EXCERTO DO REGULAMENTO DAS ATIVIDADES ACADÉMICAS E
LINHAS ORIENTADORAS DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO ESCOLAR DOS ESTUDANTES DO
INSTITUTO POLITÉCNICO DE SETÚBAL**

**LIVRO II
REGULAMENTO DAS ATIVIDADES ACADÉMICAS DO IPS**

**CAPÍTULO III
CREDITAÇÕES**

**SECÇÃO I
PROCESSO DE RECONHECIMENTO E VALIDAÇÃO DE COMPETÊNCIAS
DO IPS**

**Artigo 117.º
Âmbito**

A presente secção define o processo de reconhecimento e validação de competências adquiridas em contextos não formais e informais, de estudantes matriculados e inscritos no IPS, de acordo com a alínea c) do n.º 1 do artigo 45.º, Capítulo VII, do Decreto-Lei n.º 107/2008, de 25 junho.

**Artigo 118.º
Conceitos**

Consideram-se competências adquiridas em contextos não formais e informais as aprendizagens/competências de que os candidatos fazem prova possuir e que não estão certificadas no âmbito do Ensino Superior nem de outros ciclos de estudos.

**Artigo 119.º
Condições para a candidatura**

1. Podem candidatar-se ao reconhecimento e validação de competências os estudantes com um mínimo de 3 (três) anos de experiência profissional, experiência de voluntariado ou outras atividades consideradas relevantes no âmbito do curso ou da(s) UC em que realiza a candidatura.
2. Na entrega da candidatura é obrigatória a apresentação de meios de prova da condição referida no número anterior.

**Artigo 120.º
Prazos e periodicidade**

1. As candidaturas são apresentadas na DA do IPS.
2. O prazo anual para apresentação das candidaturas decorre no período de 1 de outubro a 30 de novembro de cada ano.
3. Sem prejuízo do disposto no número anterior, para os estudantes que tenham iniciado formação pós-graduada com data posterior a 1 de janeiro do ano civil seguinte, é aberto um prazo excecional de apresentação de candidaturas, que decorrerá de 1 de fevereiro a 31 de março.
4. Findo o prazo para apresentação de candidaturas, estas são enviadas à Unidade de Desenvolvimento, Reconhecimento e Validação de Competências do IPS (UDRVC-IPS) pela DA, no prazo de 3 (três) dias úteis.

Artigo 121.º
Instrução da candidatura

1. A candidatura é instruída mediante a entrega da seguinte documentação:
 - a) Requerimento de candidatura dirigido ao Presidente do IPS;
 - b) Portefólio de competências e comprovativos;
 - c) Ficha Pessoal;
 - d) Carta de Motivações;
 - e) Curriculum Vitae em modelo europeu.
2. As candidaturas que não se encontrem instruídas de acordo com a presente secção serão admitidas condicionalmente, pelo Presidente de Júri, sendo os candidatos notificados para, no prazo de cinco dias, apresentarem os elementos em falta.
3. Findo o prazo previsto no número anterior sem que tenha existido a apresentação dos elementos em falta ou que sem que estes sejam suficientes, as candidaturas serão excluídas por decisão fundamentada do Presidente de Júri.

Artigo 122.º
Portefólio de competências

1. O portefólio de competências (modelo do IPS) deverá conter a seguinte informação:
 - a) Descrição de funções / atividades realizadas,
 - b) Explicitação das aprendizagens e competências adquiridas e a sua correspondência com a(s) UC(s) em que se pretende o reconhecimento.
2. O portefólio de competências terá de incluir os comprovativos, declarações ou certificados que comprovem a realização das atividades e a sua duração, emitidas pela(s) entidade(s) empregadora(s), de voluntariado ou outra(s) relevante(s), sob pena de a atividade correspondente não ser considerada como comprovada para análise do processo.
3. O portefólio de competências poderá incluir outros elementos considerados pertinentes para a apreciação da candidatura.
4. A preparação do portefólio de competências é da responsabilidade do candidato.

Artigo 123.º
Limites

1. Os estudantes podem apresentar até ao máximo de duas candidaturas em cada ciclo de estudos.
2. Os estudantes podem requerer o reconhecimento e validação de competências para uma ou mais UC constantes dos planos de estudos dos cursos do IPS que frequentam, até ao limite de 1/3 do número total de ECTS de cada ciclo de estudos.
3. Em função da especificidade das UC, o CTC de cada escola do IPS deverá definir aquelas em que não é possível obter o reconhecimento.

Artigo 124.º
Competências específicas do Júri de RVC

1. Ao júri de RVC, constituído de acordo com o estipulado no artigo 16.º, compete:
 - a) Analisar o portefólio de competências do candidato;
 - b) Realizar uma entrevista com o candidato;
 - c) Propor e realizar provas complementares, caso considere necessário;
 - d) Tomar a decisão final sobre o tipo de validação a atribuir em cada UC e a atribuição dos ECTS correspondentes;

- e) Propor, no caso de validação parcial, um plano individual de formação que o candidato terá de seguir de modo a obter a totalidade dos créditos ECTS da(s) UC(s), indicando a(s) atividade(s) a realizar e o(s) respetivo(s) prazo(s);
 - f) Elaborar um parecer fundamentado para cada UC com base na apreciação dos elementos do *Portfolio*, entrevista e provas complementares.
2. Ao presidente de júri compete:
- a) Verificar a correta instrução das candidaturas;
 - b) Propor ao CTC os membros do júri de cada candidatura, indicando os vogais considerados adequados e necessários;
 - c) Notificar o candidato da realização da entrevista e de eventuais provas complementares;
 - d) Enviar a decisão do júri para ratificação ao CTC da escola;
 - e) Devolver os processos relativos ao período anual de candidaturas e a respetiva decisão à UDRVC-IPS até ao dia 15 de março do ano civil seguinte;
 - f) Devolver os processos relativos ao período excecional de candidaturas e a respetiva decisão à UDRVC-IPS até ao dia 15 de julho do respetivo ano civil.

Artigo 125.º

Tipo e efeitos do processo de validação

1. O processo de validação é feito com base no referencial de competências da(s) UC.
2. Em cada UC, o resultado final do processo de validação poderá ser:
 - a) Validação total, traduzindo-se na menção qualitativa de aprovado, sem classificação para efeitos de diploma, com atribuição do número de créditos ECTS correspondentes;
 - b) Não validação, traduzindo-se na menção qualitativa de não aprovado, sem atribuição de créditos ECTS.
3. Existe a possibilidade de validação parcial, de carácter condicional, que, sujeita aos requisitos previstos na alínea e) do nº 1 do artigo 124.º, tomará carácter definitivo, de acordo com o disposto no número anterior.

Artigo 126.º

Comunicação da decisão

1. A decisão é transmitida ao candidato, por correio eletrónico, através de uma informação da UDRVC-IPS até 5 (cinco) dias úteis após a receção do processo proveniente das escolas.
2. A UDRVC-IPS comunica a decisão à DA do IPS para que conste no processo do estudante.